

[AÇÃO SINDICAL]

Cem primeiros dias de gestão da nova Diretoria do Sinal Nacional são marcados por luta em diversas frentes e diálogo constante com o filiado

Atuação diuturna em defesa das demandas dos servidores e incremento dos canais de comunicação são destaques nos primeiros meses de mandato

Em 9 de agosto, a atual gestão (2021 - 2023) completa seus primeiros 100 dias de trabalho à frente do Sinal. O período foi marcado pela atuação diuturna em defesa das demandas dos servidores do Banco Central do Brasil nas diversas frentes, o fortalecimento da parceria com outras instâncias de mobilização do conjunto do serviço público e o incremento dos canais de comunicação com o filiado, de modo a ampliar as possibilidades de participação no dia a dia da lida sindical.

PAUTA REIVINDICATÓRIA



Ainda em maio, foi dado um passo muito importante, no sentido de direcionar a atuação do Sindicato, com a definição da Pauta Emergencial da categoria para 2021. Dentre os itens aprovados em Assembleia Geral Nacional: a busca pela paridade também para aposentados e pensionistas que percebam abaixo da tabela da ativa; o combate ao Decreto 10.620/2021, que transfere, do BC ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), as atividades referentes

a concessão e manutenção de aposentadorias e pensões; e o recrudescimento da atuação contra os impactos negativos da reforma administrativa.

AO TRABALHO...



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 segue protagonizando a agenda do funcionalismo no Parlamento. Ciente dos riscos decorrentes da matéria - inclusive para os servidores aposentados, conforme já demonstrado em outras edi-

ções do Sinal Plural Expresso -, o Sindicato atua, em parceria com outras entidades do serviço público, para impedir os retrocessos em pauta.

Junto às demais representações do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), o Sinal produziu e articulou a apresentação de Emenda Substitutiva Global à Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC 32/2020. O texto visa corrigir uma série de distorções da proposta do governo federal. Os esforços se concentrarão, agora, na luta pela aprovação da Emenda.

Reafirmando seu protagonismo âmbito do serviço público, o Sinal participará novamente, representado pelo presidente nacional, Fábio Faiad, de audiência pública pra debater temas relacionados à reforma administrativa, no dia 4 de agosto. Na primeira oportunidade, ainda em maio, diante da Comissão de Constituição e Justiça e

de Cidadania (CCJC) da Câmara, Faiad ressaltou cinco inconsistências em relação à PEC e à sua tramitação: momento inoportuno, uma vez que a prioridade deve ser o enfrentamento à Covid-19; más condições do debate, pois, até o momento, não foram divulgados documentos que embasaram a reforma e o Parlamento segue sem acesso ao público; erro no alvo, ao tratar o serviço público como tábua de salvação do ponto de vista fiscal; problemas de mérito e violações ao texto constitucional.

APROXIMAÇÃO



Outra importante instância de mobilização com a qual o Sindicato vem estreitando os laços é o Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), reforçando uma parceria histórica, com o apoio financeiro à reestruturação dos canais de comunicação da entidade.

Vale lembrar que o Mosap tem entre suas principais bandeiras no Legislativo a luta pela aprovação da PEC 555/2006, que visa extinguir a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas. O Movimento congrega representações do funcionalismo nos três Poderes.

NA JUSTIÇA



O trabalho incansável em defesa dos interesses do filiado não se limita, no entanto, à esfe-

ra política. O Sinal ingressará, em agosto, com novas ações judiciais visando: a redução da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (**CPSS**), majorada após a última reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103); a recuperação dos patamares de isenção da CPSS para aposentados por doença incapacitante; e a conversão, em pecúnia, de Licença-Prêmio não usufruída. Confira mais detalhes sobre estas ações na página 3.

Outro dos muitos dispositivos que preocupam os servidores da Autarquia é o Decreto 10.620/2021, que transfere, do BC para o INSS, as atividades de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões, e, mais recentemente, a Portaria 8.374/2021, que dá diretrizes operacionais e regulamenta o referido Decreto. O Sindicato busca diálogo com o Banco Central para discutir os impactos da medida, que, todavia, não deve ser implementada a toque de caixa. De qualquer forma, em último caso, se necessário, possui tese pronta para questionar tanto a Portaria quanto o Decreto no Judiciário.

COMUNICAÇÃO



A diversificação e o aperfeiçoamento dos canais de comunicação têm sido uma característica marcante do trabalho desenvolvido nestes primeiros cem dias. Além de informar com tempestividade, o objetivo é estabelecer uma via de mão dupla, de

modo que o filiado possua instrumentos para levar ao Sindicato o seu ponto de vista em relação aos variados assuntos.

Foi aberto, no Facebook, o SinalCon 2021, I Congresso Virtual de Fóruns Multitemáticos, que discute temas relacionados à pauta reivindicatória aprovada pelos servidores. Na mesma rede, o Sinal ampliou a participação em outros grupos de interação dos servidores.

Com a intenção de entender melhor as demandas dos aposentados e sua compreensão no que se refere à reforma administrativa, o Sinal promoveu pesquisa virtual no último mês.

Tendo em vista a boa repercussão do Sinal Plural Expresso, o informativo foi transformado, de piloto, em permanente, com edições mensais que veiculam os principais assuntos de interesse de aposentados e pensionistas.

Também passou-se a realizar reuniões virtuais, com a participação do corpo Jurídico do Sindicato, para a atualização do andamento de processos judiciais e esclarecimentos de dúvidas dos participantes.

Ainda no campo da comunicação, foi disponibilizado, além das mídias sociais, o email mudarnosinal@sinal.org.br para envio de comentários, dúvidas e sugestões para o aprimoramento da atuação do Sindicato em prol do filiado.

E para que possamos seguir avançando, sua participação neste processo é fundamental. Opine, questione, interaja. Vamos juntos mudar o Sinal!

Sinal ingressará com ação contra aumento da CPSS

Sindicato também questionará revogação da imunidade tributária para os aposentados por doença incapacitante

O Sinal ingressará em agosto com ação judicial, como substituto processual de seus filiados, para questionar a constitucionalidade da progressividade das alíquotas previdenciárias sobre os salários dos servidores ativos, bem como dos proventos de aposentados e pensionistas. Vale lembrar que um dos maiores impactos da última reforma da Previdência - Emenda Constitucional (EC) 103 - sobre o funcionalismo foi o aumento da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSS).

Outro ponto da EC 103 questionado na ação será a revogação da imunidade tributária para os aposentados por doença incapacitante.

Ocorre que, após a promulgação da referida reforma, o servidor nesta condição passou a ser taxado em percentual maior, sem que fossem observados princípios que norteiam as regras previdenciárias.

Serão abrangidos pela ação aqueles que estiverem filiados ao Sindicato na data da sua propositura. Não é necessária, neste momento, nenhuma providência por parte do filiados.

Conversão

Conforme informado na última edição do Sinal Plural Expresso, é oferecida aos filiados a assessoria jurídica para ingresso de ação com vistas à conver-

são, em pecúnia, de Licença-Prêmio não usufruída.

Podem pleitear a conversão aqueles que conquistaram o direito à licença-prêmio até 15/10/1996 e não tenham usufruído nem contado em dobro o tempo para aposentadoria. O prazo para requisição é de até cinco anos, a partir da data da aposentadoria.

Ao se aposentar, o servidor deve observar no SISBACEN se há registro do “Fato Funcional – Licença-Prêmio” ou consultar a área de pessoal do BC (Depes). Caso tenha direito, deve requerer administrativamente a conversão. Em havendo a negativa administrativa, abre-se a possibilidade de questionamento no Judiciário.

Para mais informações sobre estas e outras demandas judiciais, os interessados podem entrar em contato com o departamento jurídico do Sinal Nacional pelo telefone (61) 3322-8208 ou pelo e-mail juridiconac@sinal.org.br. —

[RECADASTRAMENTO]

Governo volta a exigir prova de vida de aposentados e pensionistas

Obrigatoriedade do recadastramento vinha sendo suspensa desde março de 2020

Voltou a ser exigida, em julho, a prova de vida de aposentados e pensionistas. A obrigatoriedade do recadastramento vinha sendo suspensa desde março de 2020.

No caso dos beneficiários vinculados ao Banco Central, o procedimento deve ser realizado em qualquer agência do Banco do Brasil no país, mesmo o titu-

lar não seja correntista da instituição financeira. Confira no endereço <https://bit.ly/3wW1e2V> as diretrizes do Departamento de Gestão de Pessoas, Educação, Saúde e Organização do BC para o recadastramento.

Em face do risco sanitário ainda persistente, devido à pandemia da Covid-19, e das dificuldades de locomoção de

muitos aposentados e pensionistas, o Sinal, de pronto, entrou em contato com o Departamento de Gestão de Pessoas, Educação, Saúde e Organização (Depes) do BC para solicitar alternativas, de modo que a comprovação seja feita por meio de plataforma virtual. Acompanhe notícias em nosso site (sinal.org.br). —

NOVO CONVÊNIO

45%

Quer aprender ou aperfeiçoar seus conhecimentos na língua inglesa, seja na compreensão oral, conversação, leitura ou escrita? O Sinal, em parceria com a União Cultural, oferece vantagens exclusivas a filiados de todo o país e seus dependentes em cursos, online e presenciais, ajustáveis ao perfil e necessidades de cada aluno.

Os descontos podem chegar a 45%, a depender da modalidade escolhida e condições de pagamento. As turmas são direcionadas a diferentes faixas etárias (a partir dos seis anos de idade) e níveis (Basic, Pre-intermediate, Intermediate, Upper Intermediate e Advanced). Então, não perca tempo. Encontre o curso que melhor te atende e aproveite para estudar com quem tem mais de oito décadas de tradição em ensino.

DIÁLOGO

O que fazer diante das ameaças da reforma administrativa? A pergunta foi o ponto de partida para a mesa de debates virtual, promovida pela seção regional do Sinal em Brasília no dia 14 de julho, com transmissão ao vivo e moderação do presidente nacional, Fábio Faiad. Além de representantes do Sindicato, participaram do evento integrantes da ABACE, da Anafe, da ANBCB, da Condsef e do SinTBacen.

Assista na íntegra em nosso canal do YouTube (youtube.com/apitotv).

GRADUAÇÃO TAMBÉM COM DESCONTO

Aproveite descontos exclusivos também em diversas instituições de ensino superior do grupo Ânima, um dos maiores conglomerados educacionais do país.

São dezenas de cursos de graduação – tecnólogo, bacharelado e licenciatura -, pós-graduação, especialização e preparatórios, presenciais e à distância, com descontos que variam de 10% a 50%.

Para saber mais sobre esta e outras parcerias do Sinal, acesse nosso site (sinal.org.br), clique no menu “Serviços” e, na sequência, em “Convênios”.

NOTA PÚBLICA

Em nota pública divulgada no último dia 17 de julho, o Sinal e as demais entidades do Fonacate saúdam a apresentação do Projeto de Lei 2337/2021, o trabalho do relator, deputado Celso Sabino (PSDB/PA), e apresentam propostas para o aperfeiçoamento do texto, que trata do “imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza das pessoas físicas e das pessoas jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido”.

No entendimento do Fonacate, a matéria “traz importantes avanços para a tributação da renda, sendo um passo relevante na direção da construção de um sistema tributário pautado na justiça fiscal”. As entidades, no entanto, destacam a importância da ampliação do diálogo acerca do tema durante sua tramitação no Congresso Nacional, de modo a corrigir equívocos ainda persistentes.

A necessidade de ajustes na correção da tabela progressiva do imposto de renda; na limitação para o uso da declaração simplificada, restrita apenas aos contribuintes com renda até R\$ 40 mil por ano; e no limite para a tributação dos dividendos são alguns dos pontos levantados pelo Fórum.

Leia a nota na íntegra no endereço:

<https://bit.ly/3hZuIbO>

Os informativos e documentos citados nas matérias podem ser acessados na versão digital do Sinal Plural Expresso, disponível em nosso site (sinal.org.br), na aba “Publicações”, ou pelo QR Code ao lado.

Construa, junto conosco, este boletim. Envie comentários e sugestões de assuntos que você gostaria de ver aqui para sinalplural@sinal.org.br.



Posicione a câmera do seu smartphone sobre o código para acessar.